

PROCESSOS SIMPLIFICADOS DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Leônidas Soares Murta Júnior

Carlos Gonçalves Miranda Júnior

Núcleo de Regularização e Controle Ambiental - NUREG

IEF/URFBio Nordeste

Intervenção ambiental

Conforme Decreto nº 47.749, de 11 de novembro de 2019, são consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

- I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;
- II – intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- III – supressão de sub-bosque nativo, em áreas com florestas plantadas;
- IV manejo sustentável;
- V – destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa;
- VI – corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas;
- VII – aproveitamento de material lenhoso.

Intervenção ambiental de competência do IEF

Compete às Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade - URFBio's do IEF, quando se tratar de:

- empreendimento ou atividade não passível de licença ambiental;
- empreendimento ou atividade sujeito a Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS;
- intervenções ambientais em empreendimentos ou atividades já licenciadas pelo Estado e não previstas na licença ambiental inicial, e desvinculadas de licença de ampliação.

Enquadramento conforme DN 217/2017

***Para formalização do requerimento o interessado deverá realizar o peticionamento através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.*

CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS SIMPLIFICADO

Definição de árvore isolada

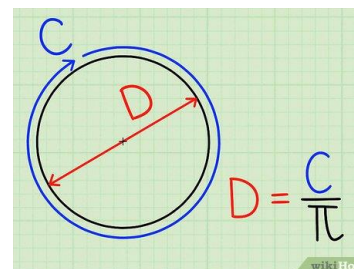
Inciso IV do Art. 2º do Decreto Estadual 47.749 de 11 de novembro de 2019

“IV - árvores isoladas nativas: aquelas situadas em área antropizada, que apresentam mais de 2 m (dois metros) de altura e diâmetro do caule à altura do peito – DAP maior ou igual a 5,0 cm (cinco centímetros), cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si ou, quando agrupadas, suas copas superpostas ou contíguas não ultrapassem 0,2 hectare;”



**Medição de CAP****Medição de Diâmetro**

Altura de medição: 1,30 m em relação ao solo.







Embasamento legal

§ 3º do artigo 3º do Decreto Estadual 47.749 de 11 de novembro de 2019.

§ 3º A autorização para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas poderá ser emitida de forma simplificada, mediante apresentação de requerimento específico disponível no sítio eletrônico do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, desde que observadas as seguintes condições:

I - não se tratem de espécies ameaçadas de extinção constantes da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constantes da lista oficial do Estado de Minas Gerais ou espécies objeto de proteção especial, estabelecida por legislação específica; *(Portaria MMA nº 443/14; Lei Estadual nº 13.635/00 – Buriti; Lei Estadual nº 20.308/12 – Ipê Amarelo e Pequi, e outros: Pau-Brasil, Faveiro de Wilson, Licuri)*

II - estejam localizadas fora de APP e Reserva Legal;

III - não ultrapassem o limite máximo de quinze indivíduos por hectare, considerando, cumulativamente, todas as autorizações emitidas para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas realizadas pelo solicitante no período de três anos anteriores no mesmo imóvel rural.

****Não se aplica a intervenção corretiva*



○ Área do imóvel: 47,7 ha

● Reserva Legal: 7,11 há

● Área a ser destinada para
implantação de lavoura:
10,3 ha

● Área de ocupação das
árvores isoladas (área de
intervenção): 2,8

Número de árvores a serem
suprimidas: 12

Razão por hectare: 4,28
árvores/hectare

Documentos necessários

- 1 – requerimento para intervenção ambiental devidamente preenchido no SEI!MG. Selecionar a opção de autorização simplificada;
- 2 – planilha em formato Excel com os dados das árvores a serem suprimidas, disponível na página do IEF;
- 3 – cópia de documento de identificação e comprovante de endereço urbano atualizado do empreendedor/responsável pela intervenção ambiental;
- 4 – cópia de documento de identificação e comprovante de endereço atualizado do proprietário ou possuidor do imóvel objeto da intervenção ambiental;
- 5 – procuração, quando for o caso, acompanhada de cópia de documento de identificação e de comprovante de endereço atualizado do procurador;
- 6 – carta de anuência, quando a propriedade pertencer a mais de um proprietário ou quando a intervenção ocorrer em propriedade de terceiros;
- 7 – contrato de arrendamento, comodato ou outro, quando for o caso;
- 8 – documento de identificação do imóvel, expedida no prazo máximo de 1 ano da data de protocolo do requerimento; (certidão de inteiro teor ou declaração de posse);

Documentos necessários

9 – Comprovante de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR);

10 – Comprovante de cadastro do projeto no SINAFLOR, na atividade Corte de Árvore Isolada – inserir no campo “Número do Processo” a seguinte observação: SIMPLIFICADO*; (Conforme IN IBAMA nº 08/2020, estão dispensados do Sinaflor apenas os casos de Corte de Árvores Isoladas Nativas Vivas de arborização urbana ou que envolvam risco à vida ou ao patrimônio);

11 – Comprovações de pagamento da Taxa de Expediente e da Taxa Florestal, recolhidas por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE –, disponível no endereço <http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/executeReceitaOrgaosEstaduais.action> (agricultor familiar com DAP é isento do pagamento da taxa de expediente);

12 – Arquivo digital vetorial georreferenciado para os casos que envolvam intervenção ambiental em áreas inferiores a 50 ha hectares ou Planta topográfica em formato PDF e arquivos digitais com respectivo ART para os casos que envolvam intervenção ambiental em áreas iguais ou superiores a 50 ha (Texto trazido pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.162/2022, publicada em 20/07/2022);

13 - Comprovante de cumprimento da reposição florestal, por meio de juntada de Documento de Arrecadação Estadual – DAE. (Isento para volumes de até 33 estéreis para uso no imóvel e poderá obter auxílio para a emissão junto ao IEF)

Planilha com dados das árvores



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Anexo - Requerimento para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas

Nº indivíduo	Espécie		Coordenada Plana (UTM) - Sirgas 2000		Fuso	Volume de madeira
	Nome comum	Nome científico	X	Y		
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						

Aplicativos para celular:
Ex: Minhas
Coordenadas GPS

Dicas úteis

http://www.arvoresbrasil.com.br/?pg=lista_especies&botao_pesquisa=1

Resumo das etapas

1. Conferir se o produtor atende as condições necessárias para uso do procedimento simplificado;
2. Juntar a documentação solicitada no check list;
3. Pagamento dos DAE's (taxas)
4. Fazer o cadastro do empreendimento e projeto no Sinaflor (*se necessário*);
5. Realizar o peticionamento no SEI.

Procedimento dispensado de vistoria *in loco* e do Controle Processual, além do Parecer Técnico ser simplificado

SIMPLES DECLARAÇÃO

Carlos Gonçalves Miranda Júnior

Núcleo de Regularização e Controle Ambiental - NUREG

IEF/URFBio Nordeste

Embasamento Legal e Aplicação

A Simples Declaração foi instituída pelo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012) e também foi prevista na Lei Estadual nº 20.922/2013, tendo sido regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Ela substitui a autorização para intervenção ambiental em alguns casos considerados como eventuais ou de baixo impacto, para pequena propriedade ou posse rural familiar (que se enquadrem na Lei 11.326/06) ou propriedades abaixo de 4 módulos fiscais que desenvolvam atividade agropecuária, desde que o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CAR.



Atividades eventuais ou de baixo impacto, passíveis de Simples Declaração

- 1 - Abertura de pequenas vias de acesso de pessoas e animais, suas pontes e pontilhões.*
- 2 - Implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo.*
- 3 - Construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro.*
- 4 - Construção de moradia de agricultor familiar, remanescente de comunidade quilombola, outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais.*
- 5 - Construção e manutenção de cercas, aceiros e bacias de acumulação de águas pluviais.*
- 6 - Coleta de produtos não madeireiros de espécies ameaçadas e imunes ao corte, para fins de subsistência, produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, em APP.



Atividades eventuais ou de baixo impacto, passíveis de Simples Declaração

7 - Plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área.

8 - Exploração agroflorestal e/ou manejo sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, em APP, que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área. *, ***

9 - Exploração agroflorestal e/ou manejo sustentável de produtos não madeireiros, comunitário e familiar, em RL, sem propósito comercial, que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área.



Atividades eventuais ou de baixo impacto, passíveis de Simples Declaração

10 - Realização de atividade de desassoreamento e manutenção em barramentos, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos. *, **

11 - Abertura de picada para fins de reconhecimento e levantamentos técnicos e científicos.

12 - Sistemas de tratamento de efluentes sanitários em moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, desde que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa.

13 - Açudes e barragens de acumulação de água fluvial para usos múltiplos, com até 10 ha (dez hectares) de área inundada, desde que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa.**



Atividades eventuais ou de baixo impacto, passíveis de Simples Declaração

14 - Poços manuais ou tubulares para captação de água subterrânea, com laje sanitária de até 4m² (quatro metros quadrados), desde que obtida a autorização para perfuração quando couber, e que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa, inclusive para abertura de estradas de acesso.**

15 - Dispositivo de até 6m² (seis metros quadrados), em área de preservação permanente de nascentes degradadas, para proteção, recuperação das funções ecossistêmicas, captação de água para atendimento das atividades agrossilvipastoris e das necessidades das unidades familiares rurais.**

16 - Pequenas retificações e desvios de cursos d'água, em no máximo 100m (cem metros) de extensão, e reconformações de margens de cursos d'água, em áreas antropizadas privadas, visando a contenção de processos erosivos, segurança de edificações e benfeitorias.



Atividades eventuais ou de baixo impacto, passíveis de Simples Declaração

17 - Travessias, bueiros e obras de arte, como pontes, limitados a largura máxima de 8m (oito metros), alas ou cortinas de contenção e tubulações, em áreas privadas. *, **

18 - Rampas de lançamento, piers e pequenos ancoradouros para barcos e pequenas estruturas de apoio, com ou sem cobertura, limitados a largura máxima de 12m (doze metros), desde que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa.

19 - Rampas para voo livre e monumentos culturais e religiosos nas áreas de preservação permanente a que se referem os incisos V, VI, VII e VIII do art. 9º da Lei nº 20.922 de 16 de outubro de 2013, limitados a 5.000m² (cinco mil metros quadrados), incluídas as infraestruturas de apoio, desde que não haja supressão de maciço florestal.



Atividades eventuais ou de baixo impacto, passíveis de Simples Declaração

* As intervenções sujeitas a simples declaração que implicarem em supressão de vegetação deverão informar o rendimento lenhoso para fins de recolhimento da Taxa Florestal nos termos da Lei nº 4.747 de 9 de maio de 1968.

** As simples declarações passíveis de regularização do uso de recursos hídricos somente produzirão efeito após sua obtenção.

*** Para a atividade listada no código 1.8, deverá ser recolhida reposição florestal obrigatoriamente quando o material lenhoso gerado for destinado para comercialização e não for proveniente de plano de manejo.



Atividades eventuais ou de baixo impacto, passíveis de Simples Declaração

Para realizar a Simples Declaração, o interessado deverá acessar o SEI/!MG para usuários externos e realizar o peticionamento eletrônico na Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade – URFBio responsável pelo município onde será realizada a intervenção, juntando a seguinte documentação:

- 1 – cópia de documento de identificação do declarante;
- 2 – recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR;
- 3 – comprovante de pagamento de Taxa Florestal, conforme Lei 4.747 de 1968, quando couber;
- 4 – documento emitido por órgão competente que comprove a condição declarada, no caso específico de construção de moradia de agricultor familiar, remanescente de comunidade quilombola e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais.



Simple Declaração

Propriedades de até 4 módulos fiscais

A intervenção e a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental **dependerão de simples declaração** ao órgão ambiental, desde que o imóvel esteja inscrito no CAR e a intervenção nos recursos hídricos esteja autorizada pelo IGAM.

[Art 52 - LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012](#)

Leônidas Soares Murta Júnior

Analista Ambiental

leonidas.junior@meioambiente.mg.gov.br

Carlos Gonçalves Miranda Júnior

Analista Ambiental

carlos.junior@meioambiente.mg.gov.br

Núcleo de Regularização e Controle Ambiental – NUREG

IEF/URFBio Nordeste

Telefone: (33) 3087-2240